

INICIATIVAS EM TORNO DO *COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO*: COMO ELABORAR O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA COM ÍNDICES INSUFICIENTES DE QUALIDADE DE ENSINO?

Anderson José de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Especialista em Arte e Educação Infantil
anjoderson@hotmail.com

Daniele Freitas de Araújo
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)
Mestre em Sociologia
danielecso@hotmail.com

Resumo

O presente artigo divulga resultados parciais de uma pesquisa iniciada no segundo semestre de 2009, no município de Juiz de Fora (MG). O objetivo principal é averiguar qual o impacto exercido pelas orientações contidas no manual de elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) publicado em 2006 pelo Ministério da Educação (MEC), em uma instituição da rede municipal de ensino que apresenta Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) abaixo dos parâmetros estipulados pelo Governo Federal. Cabe frisar que o tema da pesquisa se insere em uma política do estado brasileiro voltada para o campo da educação – o Compromisso Todos pela Educação – que propõe diretrizes e estabelece metas para o Ideb das escolas e das redes municipais e estaduais de ensino. A partir desse indicador, o MEC oferece apoio técnico e/ ou financeiro às instituições escolares com índices insuficientes de qualidade de ensino. O primeiro passo da pesquisa, divulgado neste artigo, consiste em localizar as orientações propostas pelo MEC no Plano de Ação elaborado pela direção da instituição de ensino, bem como analisar o contexto e o processo de formulação do PDE. Far-se-á, ao longo da pesquisa, uso de metodologia predominantemente qualitativa, com o direcionamento de entrevistas à direção e equipe técnica escolar, além do acompanhamento das ações planejadas e do destino da verba fornecida pelo Governo Federal para combater os problemas e as deficiências locais apontadas quando da formulação do Plano. Ademais, deverá ser aplicado *survey* aos professores das primeiras séries do ensino fundamental, a fim de verificar em que sentido o PDE formulado com base nas orientações do MEC possa ter modificado a realidade da

escola, buscando atingir características como eficiência, eficácia e efetividade, tão importantes e por muitas vezes citadas no manual. O estudo chama a atenção para uma temática que vem ganhando espaço no campo da educação: é preciso conferir racionalidade ao funcionamento da escola, criando condições adequadas para definição e organização de seus processos. Seguindo esse raciocínio, a reunião de toda a comunidade escolar em torno da elaboração do PDE pode significar um pontapé inicial na mudança de paradigma de funcionamento das escolas e, ao mesmo tempo, contribui para o entendimento de como se dá na prática o desenvolvimento de uma política pública em curso nos diferentes sistemas escolares, incluindo suas ações bem específicas, como o caso analisado neste trabalho.

Palavras-chave: políticas públicas, Plano de Desenvolvimento da Escola, avaliação.

BREVE PANORAMA SOBRE O CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

É incontestável o recente crescimento de estudos relativos às políticas públicas no Brasil. Nos cursos de graduação foram inseridas disciplinas relacionadas a este tema e criadas linhas de pesquisa nas pós-graduações de todo território nacional. (Arretche, 2003; Souza, 2003).

Entretanto, mesmo com o visível crescimento dos estudos nesta área não se pode ainda visualizar a formação de uma ciência ou campo disciplinar. Ademais, é necessário considerar que no Brasil há muito que fazer no que se relaciona à definição de questões legítimas de investigação no campo das políticas públicas.

Para alguns estudiosos, as abordagens teóricas e os métodos de investigação têm recebido escassa atenção no debate dessa área de pesquisa. Arretche (2003) considera que os estudos acadêmicos focam sua análise nos resultados alcançados pelas políticas em destaque ou apenas atualizam informações existentes sobre programas já consolidados.

Já outros estudiosos, como Elisa Reis (2003), propõem uma moldura geral para a discussão em políticas públicas e sugerem uma agenda de pesquisa, ou seja, um programa de trabalho para a comunidade científica envolvida com o tema. Segundo Celina

Souza (2003) apesar do campo das políticas públicas carregar uma história bastante difusa de métodos, temas e teorias, sua institucionalização oferece atualmente mais condições para superar limitações do que no passado recente.

A referida autora considera que as políticas públicas já teriam superado a fase de predominância das avaliações referentes ao sucesso ou fracasso. No entanto, ainda percebe lacunas na agenda brasileira, ressaltando problemas como a falta de conhecimento e debate sobre o que os pesquisadores estão produzindo e a proximidade da área com órgãos governamentais.

Outro ponto não menos importante a ser considerado é que existem em pouca quantidade estudos sobre temas como o da burocracia – segmento que implementa as políticas públicas. Tal fato deveria ser diferente, pois este segmento assume grande importância quando o objetivo é compreender o que ocorre ao longo do processo de implementação de uma política do governo.

Parte da bibliografia a respeito do tema julga necessário superar os estudos excessivamente concentrados nos fracassos, pouco preocupados com as questões políticas e fortemente assentados no pressuposto de que a formulação e a implementação de políticas públicas são processos exclusivamente racionais e lineares, não vinculados aos processos políticos – seria o mesmo que separar o mundo do governo e da administração pública do mundo da política. E ainda outro dado importante: há pouca clareza sobre quem formula as políticas públicas e como elas são implementadas.

De acordo com Faria (2003) no Brasil predominam os estudos sobre processo decisório em relação aos estudos de implementação de políticas. É visível no território nacional a escassez de estudos dedicados aos processos e às metodologias de avaliação de políticas. Isto se deve à inexpressiva utilização da avaliação como instrumento de gestão pelo setor público do país em suas instâncias municipal, estadual e federal.

Comumente, os estudos em políticas públicas concentram-se nos processos decisórios. A falta de estudos posteriores ao processo de decisão parece explicada não apenas pela frágil institucionalização da área no país, mas também pela debilidade do campo de estudos da administração pública.

Considerável parte dos autores da área em questão não leva em conta a possibilidade de interpretação e engajamento histórico da pluralidade dos indivíduos, grupos, classes e instituições como sujeitos capazes de realizar as escolhas que expressam suas demandas (Mantovanelli Júnior, 2006). A escolha política é intimamente relacionada à concepção de escolha governamental. Não raro a noção de governo é amparada em uma visão institucional e diretamente relacionada ao substrato social: o sujeito de todo o processo de escolha fica caracterizado por algo imaterial, sem referência histórico-cultural local ou nacional.

Diálogos mais apurados sobre o tema das Políticas Públicas em geral estabelecem correlações com a ação do governo e elementos como objetivos,

valores, metas, práticas em si e verbas destinadas para determinado fim. A correlação entre planejamento e orçamento também é levada em conta nesse tipo de abordagem.

Freqüentemente, em termos práticos, a crença de que a ação governamental deva obedecer a uma diretriz pré-estabelecida não é observada. Muitas vezes as decisões do governo não fazem sentido quando comparadas aos programas anunciados, nem estão associadas a objetivos nacionais, revelando despreocupação ou incapacidade de amarração entre as metas, os programas, as decisões e os efeitos. Por outro lado, há que se considerar também, do início até sua implementação, as contingências a que está vulnerável o andamento de uma Política Pública.

Nesse sentido, cumpre avaliar, conforme proposto neste trabalho, o desenvolvimento de uma das etapas de uma política do governo direcionada à melhoria da educação pública, mais precisamente no seu nível final de concretização. O **Compromisso Todos pela Educação** propõe diretrizes e

estabelece metas para o Ideb das escolas e das redes municipais e estaduais de ensino; a partir desse indicador, o MEC oferece apoio técnico e/ ou financeiro aos municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino.

Tal apoio se dá, em última instância, no processo de elaboração do PDE da escola, observando as orientações contidas em um manual elaborado pelo MEC. Através dessas diretrizes a equipe escolar, em tese, aprende a elaborar um Plano de Ação para combater os problemas locais levando em conta suas metas, seu desempenho, seus processos, suas relações internas e externas, seus valores, suas condições de funcionamento e seus resultados.

O apoio técnico e/ ou financeiro oferecido pelo MEC pretende aumentar o desempenho da escola através de planejamento eficaz, trazendo à tona a necessidade de mudar o paradigma de funcionamento das escolas, assunto que vem se tornando a nova agenda dos sistemas educacionais. A criação e o fortalecimento da capacidade institucional das escolas é tão

importante quanto a existência de uma política educacional coerente. Não apenas as escolas, mas também as agências de suporte local, necessitam ser apoiadas e aprender como implementar e utilizar efetivamente as políticas e práticas propostas.

No caso brasileiro, apesar dos esforços empreendidos nos últimos anos, ainda não se conseguiu estruturar um sistema educacional eficiente, eficaz, de qualidade. Entretanto, acompanhando a tendência mundial, algumas iniciativas têm sido realizadas com o propósito de conferir racionalidade ao funcionamento do sistema, em focar os esforços na aprendizagem dos alunos, em melhorar a qualidade da gestão do sistema e em estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação dos resultados. Somente assim a escola terá autonomia e poder de decisão ampliados, construídos não de fora para dentro, mas gerados e gerenciados no interior da própria instituição.

Para as escolas, essa realidade representa um novo desafio, uma oportunidade para rever suas relações

com alunos, famílias, comunidade e mesmo com as agências reguladoras, como a Secretaria de Educação. Somente dessa forma poderá ser denominada como uma escola de qualidade, reunindo eficiência, eficácia, efetividade e equidade.

Torna-se cada vez mais evidente que não há lugar para uma escola sem condições adequadas de organização e funcionamento, sem espaço para definição e organização de seus processos. Seguindo esse raciocínio, a reunião de toda a comunidade escolar em torno da elaboração do PDE pode significar um pontapé inicial na mudança de paradigma de funcionamento das escolas e, ao mesmo tempo, contribui para o entendimento de como se dá na prática o desenvolvimento de uma política do governo em curso nos diferentes sistemas escolares, incluindo suas ações bem específicas, como o caso analisado neste trabalho.

OBSERVANDO DE PERTO O PDE

O PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola) é uma ferramenta gerencial utilizada com o propósito de auxiliar a escola a realizar melhor o seu trabalho, no que tange a assegurar que a equipe escolar esteja trabalhando para atingir os mesmos objetivos, a avaliar e a adequar sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança. Trata-se, pois, de uma tentativa de abordar e administrar todos os riscos de maneira eficiente e eficaz.

O PDE pode ser considerado como um processo de planejamento estratégico que a escola desenvolve para a melhoria da qualidade do ensino. Deve ser elaborado de modo participativo envolvendo toda a comunidade escolar. No PDE a escola analisa o seu desempenho, seus processos, suas relações internas e externas, seus valores, suas metas, suas condições de funcionamento e seus resultados. A partir dessa análise, projeta o seu futuro, define aonde quer chegar, que estratégias deve elaborar para alcançar seus objetivos, que

processos desenvolverá e quem estará envolvido em cada um deles.

De acordo com o manual para elaboração do PDE, publicado em 2006 pelo MEC (Ministério da Educação), o Plano é estruturado em duas partes: a primeira delas contempla os grandes alvos a serem conquistados num período de dois a cinco anos; na segunda parte a escola define o conjunto de estratégias, metas e planos de ação que transformarão a visão estratégica da realidade. Da preparação à implementação, o PDE desdobra-se em cinco etapas, sendo a última delas caracterizada pelo acompanhamento e controle das ações em torno do Plano de Ação estabelecido.

Todo o processo de elaboração e implementação do PDE é coordenado pela liderança da escola. Embora todos possam e devam opinar, o manual ressalta que é importante e necessário criar uma estrutura que garanta a elaboração e a implementação do PDE de maneira organizada e eficaz. Assim, é sugerido um comitê estratégico dividido, hierarquicamente, em grupos

responsáveis por determinada ação de acordo com o planejamento realizado.

É importante frisar que o manual para elaboração do PDE é encaminhado às escolas que apresentaram o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)ⁱ abaixo da média nacional. Assim, as escolas que não atingiram as metas calculadas pelo MEC podem concorrer a uma verba adicional para melhorar seu desempenho nos anos seguintes. Tais instituições são classificadas em uma escala que parte das escolas com índices mais críticos, ou seja, aquelas que apresentaram o Ideb mais distante do valor projetado pelo MEC.

Interessa, pois, aos limites deste trabalho, averiguar, principalmente, qual o impacto exercido pelas orientações constantes no manual de elaboração do PDE e quais são os seus reflexos em uma instituição de ensino da rede municipal em Juiz de Fora, Minas Gerais, que se encontra na situação descrita acima. Interessa saber, inclusive, como a proposta de formulação do PDE foi recebida pela escola, como e se a comunidade escolar

se mobilizou em torno das ações planejadas, se as verbas angariadas estão realmente sendo empregadas respeitando-se o Plano de Ação formulado, se as etapas do planejamento estão sendo cumpridas, se a verba disponibilizada pelo MEC é mesmo suficiente para combater os pontos deficientes apontados quando da elaboração do Plano de Ação, dentre outros aspectos.

Tendo em vista que a ação do MEC, através de sua intervenção propositivaⁱⁱ no processo de elaboração do PDE das escolas que apresentam IDEB abaixo do estipulado objetiva melhorar o desempenho dos estudantes nas avaliações do MEC e em taxas de aprovação, a questão a ser estudada se insere no contexto tanto da gestão, das políticas públicas, como também da avaliação educacional.

Podendo ser o PDE considerado parte de uma política pública do Estado, pois está intimamente relacionado ao **Compromisso Todos pela Educação**, o objeto de pesquisa aqui proposto envolve tanto a relação do Estado com a educação, quanto as práticas em curso

nos diferentes sistemas escolares, incluindo suas ações bem específicas. Trata-se de uma questão atual e relevante a ser pesquisada, haja vista o comprometimento de todos os municípios e estados brasileiros em torno do alcance de metas como a alfabetização de crianças até, no máximo, oito anos de idade.

Dessa forma, ao longo da pesquisa, interessa averiguar também: como a proposta orientada de formulação do PDE foi recebida pela comunidade escolar; se houve realmente mobilização e envolvimento de toda a comunidade escolar no processo de detecção dos problemas e deficiências locais para elaboração do PDE da escola, de acordo com os parâmetros sugeridos pelo MEC; como e se a comunidade escolar se mobilizou em torno das ações planejadas.

Em termos de planejamento cabe pesquisar, inclusive: se as verbas disponibilizadas pelo Governo Federal realmente estão sendo empregadas respeitando-se o diagnóstico inicial quando da formulação do Plano de Ação; se as etapas do planejamento

estão realmente sendo postas em prática, ou seja, se durante a execução do Plano de Ação o planejamento não fica negligenciado em virtude da prática, uma vez que em termos de políticas públicas não é incomum a prática se distanciar do planejamento. E, finalmente, se e a verba oferecida pelo Governo Federal é mesmo suficiente para combater os focos de deficiência presentes na escola apontados ao longo do processo de formulação do Plano de Ação.

Posto o objetivo principal deste trabalho e os objetivos específicos, convém explicitar a metodologia a ser utilizada. Faz-ser-á uso de metodologia predominantemente qualitativa, com realização de entrevistas semi-estruturadas direcionadas aos profissionais da educação de uma escola da rede municipal de ensino em Juiz de Fora (MG), principalmente às pessoas que exerciam função de liderança quando da formulação do Plano de Ação.

Aos professores da primeira etapa do ensino fundamental será aplicado um *survey* com o objetivo de

detectar possíveis mudanças e outros aspectos durante a etapa de execução, monitoramento e avaliação do PDE. Haverá ainda, acompanhamento das ações planejadas referente ao uso da verba financeira disponibilizada pelo Governo Federal e será analisado também, o manual de elaboração do PDE em comparação ao PDE propriamente elaborado pela escola.

PRIMEIRA ETAPA DA PESQUISA DE CAMPO: ELABORAÇÃO DO PDE E OBSERVÂNCIA DAS ORIENTAÇÕES DO MEC

Já foi mencionado antes que a instituição de ensino, para ser contemplada com o assessoramento técnico e/ ou financeiro do Governo Federal, deve apresentar IDEB abaixo da média nacional, de acordo com as projeções realizadas pelo MEC para determinado ano, até o ano de 2021. O objetivo último é que o IDEB brasileiro possa atingir, para o referido ano, nas séries iniciais do ensino fundamental, a marca de 6,0ⁱⁱⁱ, como já ocorre nos países economicamente mais avançados.

Cumpra ressaltar que, observando a classificação das escolas, de acordo com o IDEB atingido em determinado ano, o MEC criou uma espécie de escala para classificar as instituições de ensino na situação descrita: uma escala vai de A até C, significando, respectivamente, situação mais crítica a menos crítica. A escola, objeto de estudo neste trabalho, se encontra na última posição da escala, portanto, em situação menos crítica quando comparada às demais. Devido a essa característica, pôde ser inscrita e, posteriormente, contemplada para receber assessoramento via orientações para construção do PDE e verba financeira no valor R\$ 21.500,00 a ser empregada nos pontos de deficiência local previamente diagnosticados.

Entretanto, tal assessoramento está condicionado ao cumprimento de determinadas formalidades que têm como objetivo detectar possíveis pontos de atuação para combater as deficiências presentes na escola. Logo, torna-se necessário e imprescindível, sob o ponto de vista da equipe escolar no caso estudado, invocar a participação

e o envolvimento de toda a comunidade para melhoramento dos índices de desempenho dos alunos nas avaliações do MEC.

A apresentação e a elaboração do PDE foram realizadas em reuniões de colegiado e reuniões pedagógicas. Destas últimas participam professores, supervisores pedagógicos, diretores e secretários. Cabe destacar que as ações acerca da construção do PDE foram por algumas vezes interrompidas; houve greve de professores, férias escolares, além do adiamento das aulas em virtude da pandemia do vírus *Influenza A*. Tudo isso contribuiu para que as etapas de elaboração do PDE fossem aceleradas para cumprir-se o prazo estipulado pelo MEC.

As atividades voltadas para a construção do PDE foram iniciadas no primeiro semestre de 2009. Além do acompanhamento dessas ações, resumidas nas reuniões pedagógicas e do colegiado, recorreu-se às atas dessas sessões como material empírico para análise. Relativamente a tais documentos, não se pode inferir muito: uma delas, realizada com o colegiado,

os presentes foram informados sobre a inscrição da escola no PDE porque a instituição apresentou índices insuficientes de aproveitamento na Provinha Brasil. Ademais, as taxas de reprovação e evasão escolar também não eram favoráveis.

Todo o processo de construção e implementação do PDE pode ser definido segundo algumas etapas. A primeira delas é obviamente de conhecimento da situação em que a escola se encontra, de acordo com escala que vai de A até C. Uma vez percebida a necessidade de planejamento e de auxílio no andamento da rotina escolar, a instituição decide se inscrever para receber ajuda do MEC. Cabe a esse órgão analisar a situação da escola e definir se ela será ou não contemplada. Tal avaliação se dá através de procedimentos a serem cumpridos, sendo o primeiro o preenchimento de um questionário, a fim de verificar as lacunas existentes e condicionantes dos baixos índices de aproveitamento.

A resposta ao questionário gera uma espécie de diagnóstico em moldes

propostos pelo MEC – obtêm-se um panorama escolar geral abordando os seguintes temas: ensino e aprendizagem; clima escolar; pais e comunidade; gestão de pessoas; gestão de processos; infra-estrutura; resultados. O passo seguinte é expor e discutir esse diagnóstico no âmbito da escola.

A partir da constatação da realidade, selecionam-se dois pontos considerados críticos. É então elaborado um Plano de Ação que tem por objetivo combater tais pontos, em um tempo definido – no caso em estudo até fins de 2010 – aprendendo a planejar as etapas de execução do projeto, sua sistematização e execução e, por último, a avaliar os resultados.

A escola objeto de análise neste estudo elegeu dois pontos a serem trabalhados, sendo eles pais e comunidade e ensino e aprendizagem, levando em conta o diagnóstico produzido quando do processo inicial de implementação do PDE: o primeiro com o objetivo de aumentar a participação dos pais na escola e o segundo em melhorar a qualidade da educação nas primeiras etapas ensino fundamental -

no primeiro e segundo anos. O incremento na participação dos pais de alunos na escola foi relacionado ao **Programa Escola de Pais** e o segundo ponto teve como base a elaboração de uma proposta pedagógica para alfabetização lingüística e matemática para os alunos de 1º e 2º anos do ensino fundamental.

O **Programa Escola de Pais** objetiva incentivar a participação dos pais nas decisões tomadas no âmbito da escola. As ações planejadas para este ponto incluem o levantamento de temas de interesse coletivo e a realização de palestras sobre os temas escolhidos. A idéia é envolver os responsáveis em ações promovidas na escola como pequenas reformas (criação de banco de dados com possíveis habilidades dos pais), feiras culturais, atividades esportivas nos finais de semana, dentre outras. Esta etapa começou a ser desenvolvida em agosto de 2009 e continua em execução^{iv}.

O outro ponto a ser trabalhado na perspectiva do PDE é melhorar o desempenho entre os alunos, tendo como estratégia elevar o índice de

aprovação do segundo ano do ensino fundamental a partir da meta de elaboração da proposta pedagógica para alfabetização e matemática aos alunos de 1º e 2º anos do mesmo nível de ensino. O início se deu recentemente no mês de outubro de 2009, com término previsto para outubro de dezembro de 2010.

As ações para se alcançar tal objetivo partem da criação de grupos de trabalho para elaboração da proposta pedagógica. Daí serão efetivados os grupos de estudo sobre alfabetização, matemática e lingüística. Haverá construção da proposta pedagógica para alfabetização lingüística e matemática para alunos do 1º e 2º anos do ensino fundamental; será implantada avaliação bimestral dos alunos do 1º e 2º anos através de registros como desenhos, autoavaliação e portfólios. Estão previstos, ainda, reunião dos professores responsáveis para acompanhamento da execução da proposta pedagógica e aquisição de materiais pedagógicos para auxiliar os trabalhos.

Finalmente, em se tratando de observância em relação às orientações contidas no manual do MEC para elaboração do PDE, pode-se afirmar que, pelo menos até o momento em que a pesquisa se encontra, essas orientações foram rigorosamente respeitadas, até mesmo porque não há como burlá-las – uma vez encaminhado o Plano de Ação, o MEC avalia-o e, se não estiver segundo seu padrão, a escola é “solicitada” a modificá-lo de modo que, se não o fizer, não é contemplada com a ajuda técnica e financeira.

As orientações do MEC, divulgadas em 2006 através de seu manual de elaboração do PDE estão presentes no Plano de Ação da Escola, nas discussões realizadas ao longo das reuniões pedagógicas e de colegiado. O PDE, elaborado em virtude dos baixos índices de aproveitamento na Provinha Brasil e consideráveis taxas de reprovação e evasão escolar, é um verdadeiro norte para as ações que a instituição de ensino deve seguir até o ano de 2010.

O Plano é desdobrado em metas, cada uma com prazos definidos,

resultados esperados, capital investido, custos, quem financia, quem é o responsável, como e quando avaliar. É metodicamente estruturado; é um verdadeiro e completo guia que, se devidamente respeitado, tende a melhorar a organização da escola e, conseqüentemente, a qualidade do ensino por ela oferecido, buscando atingir características como eficiência, eficácia e efetividade, tão importantes e por muitas vezes citadas no manual.

Dessa forma, a racionalidade conferida ao funcionamento do sistema tende a criar condições adequadas de organização e bom andamento da rotina escolar, significando um pontapé inicial na mudança de paradigma de funcionamento das instituições de ensino. Resta saber se se poderá concluir o mesmo sobre o projeto quando de sua finalização no ano de 2010. Aliás, é nesse ponto que o objeto empírico se relaciona com o referencial teórico aqui utilizado sobre o tema das Políticas Públicas: será que o planejamento não ficará negligenciado em virtude da prática? As metas serão alcançadas? Haverá realmente algum

tipo de avaliação ao final do projeto ou somente uma prestação de contas? Será que a proposta do MEC realmente se concretizará na prática – melhorar o IDEB da escola e auxiliá-la a planejar melhor suas ações, de forma a organizar racionalmente sua rotina? Por enquanto, essas e outras questões ficam no campo da dúvida; quem sabe no futuro venham a se tornar constatações verificáveis provenientes de uma análise empírica.

Abstract

This paper reveals partial results of a research initiated in the second semester of 2009, in the Juiz de Fora (MG) town. The main objective is to ascertain which impact was done by the given orientation in the elaboration manual of the Plan of Development of the School (PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola) published in 2006 by the Department of the Education (Ministry of Education and Culture), in a municipal education institution which has Index of Development of the Basic Education (Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) below of the parameters stipulated by the Federal Government. It appropriates to emphasize that the subject of the research is inserted in a politics of the Brazilian state to the education area – the Commitment Everybody by the Education – which proposes directives and establishes goals for the Ideb of the

municipal and states schools. From this indicator, Ministry of Education and Culture offers technical and/ or financial support to the school institutions with insufficient indices of education quality. The first step of the research, revealed in this paper, consists in to locate the orientation proposed by the Ministry of Education and Culture in the Plan of Action elaborated by the direction of the education institution, as well analyzes the context and trial of PDE formulation. It will be done, along of the research, the using of predominantly qualitative methodology, addressing the interviews to the direction and technical team from the school, beyond the accompaniment of actions planned and budget fate supplied by the Federal Government for fight against problems and local deficiencies aimed on the occasion of this plan formulation. Besides, it should be applied survey to the teachers of first series of fundamental education, to verify how formulated PDE based on orientation from the Ministry of Education and Culture may have modified the reality of school, seeking reach characteristics as efficiency, efficacy and effectiveness, so important and for many times cited in the manual. The study attracts attention for a theme that comes earning space in the education area: is necessary to confer rationality to the operation of the school, creating adequate conditions for definition and organization of his processes. Following this reasoning, the meeting of all school community around the elaboration of PDE can signify an initial kick in the operation paradigm change of schools and, in the

same time, to contribute for the understanding how is, in practical terms, the development of a public politics in course in the different school systems, including its well specific actions, like the case analyzed in this paper.

Keywords: public politics, Plan of Development of the School, evaluation.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS SOCIAL – *Juiz de Fora: diagnóstico*/ Prefeitura de Juiz de Fora; Gisele Machado Tavares (org.); Juiz de Fora (MG): Prefeitura de Juiz de Fora, 2006.

ARRETCHE, M. *Dossiê agenda de pesquisa em Políticas Públicas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 18, nº 51, fevereiro/2003.

BABBIE, E. *Métodos de pesquisa de Survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BORGES, A. “Governo Estadual, competição política e mudança institucional: lições comparativas da reforma da gestão escolar no Brasil.” *In.: Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros*. *In.: SOUZA, C.; DANTAS NETO, P. F.* (org.). Rio de Janeiro: Revan, 2006.

DESLANDES, S. F. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FARIA, C. A. P. de. “Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes.” *In.: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 18, nº 51, fevereiro/ 2003. (p. 21-29).

MANTOVANELLI JÚNIOR, O. *Políticas Públicas no século XIX: a perspectiva da gestão multicêntrica (à luz da experiência de Porto Alegre)*. Blumenau: Edifurb, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola*. Aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz. 3ª ed. Brasília: FUNDESCOLA/ DIPRO/ FNDE/ MEC, 2006.

_____. *Projeções do IDEB para o Brasil, Juiz de Fora e metas para escolas do município*. Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/site/> . Capturado em 19/07/2009.

MONTEIRO, R. A. (org.). *Fazendo e aprendendo pesquisa qualitativa em educação*. Juiz de Fora, MG: Feme/ UFJF, 1998.

REIS, E. P. “Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas”. *In.: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 18, nº 51, fevereiro/2003. (p. 11-14).

SILVA, J. M. da; SILVEIRA, E. S. *Apresentação de Trabalhos Acadêmicos: Normas e Técnicas*. Juiz de Fora: Juizforana, 2003.

SOUZA, C. “ Estado do campo “da pesquisa em políticas públicas no Brasil”. *In.: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 18, nº 51, fevereiro/ 2003. (p. 15-20).

NOTAS

ⁱ O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é uma resultante da frequência do aluno, somada aos índices de reprovação e de aproveitamento na Provinha Brasil. Assim, para que o IDEB de uma escola cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita de ano e frequente a sala de aula. O índice é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota 6 no ano de 2022 – correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos.

ⁱⁱ O MEC se propõe a auxiliar o processo de formulação do PDE das escolas com IDEB abaixo do estipulado através do envio de um guia, um verdadeiro manual, para ajudar a direção das escolas a planejar suas ações e, assim, combater diretamente os focos de deficiência com o propósito de melhorar progressivamente o IDEB dessas instituições. Entretanto, a escola não é obrigada a incorporar os parâmetros postos pelo MEC para a elaboração do PDE; a contrapartida está na não-liberação de recursos financeiros para ajudar a resolução dos problemas locais.

ⁱⁱⁱ Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/site/>.

^{iv} Já é perceptível que as medidas, mesmo tendo sido implantadas na escola há pouco tempo, já surtiram efeitos. Os pais passaram a frequentar mais a escola e tal fato pode ser comprovado através das listas de presença das reuniões a partir de então realizadas.